

Aviso sobre proteção de dados para vendedores/fornecedores

- I. Introdução
- II. Que dados pessoais recolhemos e para que finalidade
- III. Período de conservação
- IV. Fundamento jurídico para o tratamento
- V. Transferências para destinatários
- VI. Tomada de decisões automatizadas
- VII. Os seus direitos
- VIII. Dados de contacto da Monsanto e do Encarregado da Proteção de Dados

I. Introdução

A Monsanto II Lda, Amoreiras, Torre 2, 15º piso, 1070-102 Lisbon, Portugal (“Monsanto”, “nós”, “nosso(a)(s)”, ou “nos”) pretende facilitar as nossas operações com os nossos fornecedores e a colaboração consigo.

Nesse sentido, utilizamos as plataformas SAP, ARIBA, RDC, Salesforce.com e outras ferramentas de TI que tratam determinadas informações a seu respeito para fins de contratação, incluindo processar encomendas, faturas e pagamentos e proceder a diligências prévias obrigatórias.

Se fornecer informações pessoais de qualquer outra pessoa além de si garante que, antes de divulgar essas informações pessoais, obteve o consentimento da pessoa em causa para o tratamento por nós das referidas informações pessoais, em conformidade com o disposto neste aviso.

Tem a liberdade de decidir se pretende ou não fornecer os seus dados pessoais à Monsanto para as finalidades adiante indicadas, dando continuidade ao nosso processo de seleção de vendedores. Se negar o seu consentimento, esse facto não terá quaisquer consequências para si; contudo, limitará a nossa possibilidade de facilitar as nossas transações consigo nos casos em que essas informações forem necessárias para o efeito.

Os seus dados pessoais serão conservados e tratados de acordo com os requisitos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia (“RGPD”) e a legislação local aplicável sobre proteção de dados. Além disso, aplica-se também a nossa Política de Privacidade, a qual se encontra disponível [aqui](#).

II. Que dados pessoais recolhemos e para que finalidade

A Monsanto recolha, trate e utilize as seguintes categorias de dados relacionados com:

- dados de identificação e de contacto, tais como: nome, endereço postal completo, número de telefone, fax e telemóvel, sítio web, endereço de correio eletrónico, endereço IP (Internet Protocol [Protocolo de Internet]), cookies, data de nascimento, género, profissão, sons ou imagens;
- geolocalização (longitude/latitude); e
- código fiscal e dados bancários, dados de crédito e financeiros, incluindo dados da propriedade da empresa, dos administradores, demonstrações financeiras; e
- durante o processo de estabelecimento da nossa relação consigo e ao abrigo das políticas globais de combate à corrupção, somos legalmente obrigados a proceder a avaliações e a cumprir procedimentos obrigatórios de diligência prévia, ao abrigo das políticas anticorrupção;
- na medida do permitido por lei, dados relacionados com litígios apresentados a tribunais e juízos de pequena instância, bem como a entidades administrativas judiciais, ou informações disponíveis publicamente que recolhemos e utilizamos relacionadas com suspeitas, acusações ou condenações em matéria penal e sanções administrativas, consoante necessário para as finalidades de gerir os nossos próprios litígios e avaliar e gerir os riscos no que diz respeito às obrigações regulamentares de conformidade aplicáveis à Monsanto, que envolvam o branqueamento de capitais, fraude, corrupção, terrorismo, crime organizado, comunicação de atividades regulamentares e suspeitas, embargos e outros riscos regulamentares e obrigações associadas
- por outras razões comerciais - Auditoria corporativa, análise e relatórios consolidados, gestão da relação com Fornecedores, contas e registos, preparação e realização de fusões, aquisições, transferência de empresa, de ativos e qualquer outro tipo de operação societária, no que diz respeito ao registo de imagem e/ou som dos Fornecedores e das Pessoas de Contacto dos Fornecedores, para fins de marketing/publicidade e melhoria da qualidade, gestão de litígios, para tratar de pedidos de autoridades públicas ou tribunais, resolver questões judiciais, para fins de formação, aconselhamento e consultoria, conformidade com a legislação aplicável, regulamentação, e com as políticas e/ou procedimentos da Monsanto; e/ou
- a Monsanto poderá contactá-lo para fins de comercialização direta (no contexto da nossa relação contratual)
- o que inclui informá-lo dos produtos e serviços da Monsanto, ofertas especiais, convites e newsletters, por correio postal, fax e correio eletrónico, SMS, MMS e outros meios eletrónicos;
- enviar-lhe Inquéritos por correio postal, fax, correio eletrónico, SMS, MMS e outros meios eletrónicos e de análise.

III. Período de conservação

As informações recolhidas e tratadas para as finalidades acima descritas só serão conservadas durante o período estritamente necessário para a finalidade indicada nos termos da legislação sobre proteção de dados aplicável. Quando a Monsanto deixar de precisar de utilizar os seus dados pessoais, estes serão removidos dos nossos sistemas e registos, e/ou tomaremos medidas para os anonimizar de forma adequada para que deixe de poder ser

identificado através dos mesmos (exceto se precisarmos de conservar as suas informações para dar cumprimento a obrigações legais ou regulamentares às quais a Monsanto está sujeita). Poderemos utilizar as suas informações anonimizadas para fins de investigação ou outros, tal como os acima descritos. Os dados pessoais contidos em contratos, comunicações e cartas comerciais podem estar sujeitos a requisitos de conservação estatutários, que podem exigir um período de conservação de até dez anos. Todos os restantes dados pessoais serão em princípio removidos uma vez extinta a relação comercial e em conformidade com a nossa Política de Gestão de Recursos.

IV. Fundamento jurídico para o tratamento

Precisamos de ter um fundamento jurídico para tratar as suas informações pessoais. Na maioria dos casos, o fundamento jurídico será um dos seguintes:

- (a) O tratamento é necessário para a execução de um contrato do qual é parte ou para tomar medidas solicitadas por si antes da celebração de um contrato (artigo 6.º, n.º 1, alínea a) do RGPD).
- (b) O tratamento é necessário para o cumprimento de uma obrigação legal a que estamos sujeitos (artigo 6.º, n.º 1, alínea c) do RGPD).
- (c) O tratamento é necessário para a prossecução dos nossos interesses legítimos ou dos interesses legítimos de um terceiro (p. ex., outras entidades do Grupo Monsanto), exceto quando esses interesses são ultrapassados pelos seus interesses ou direitos e liberdades fundamentais que exigem a proteção dos dados pessoais (artigo 6.º, n.º 1, alínea f) do RGPD). Estes interesses consistem em cumprir as finalidades enunciadas na **Secção II** supra e outras finalidades comerciais, tais como auditoria corporativa, análise e comunicação de resultados consolidados, gestão da relação com clientes, contas e registos, contratações, preparação e realização de fusões, aquisições, transferência de uma empresa, de ativos e qualquer outro tipo de operação societária. Quando tratamos informações pessoais para cumprimento dos nossos interesses legítimos, aplicamos salvaguardas sólidas para garantir que a sua privacidade fica protegida e que os nossos interesses legítimos não são ultrapassados pelos seus interesses legítimos ou direitos e liberdades fundamentais. Podem ser solicitadas informações adicionais sobre esta base justificativa e o respetivo equilíbrio de interesses, contactando-nos utilizando os dados de contacto indicados na **Secção VIII**.
- (d) Deu o seu consentimento ao tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas (artigo 6.º, n.º 1, alínea a) do RGPD; no que diz respeito a dados sensíveis, artigo 9.º, n.º 2, alínea a) do RGPD). Caso tenha dado o seu consentimento, tem o direito de retirar o seu consentimento em qualquer momento, contactando-nos utilizando os dados de contacto indicados na **Secção VIII**. O facto de ser retirado o consentimento não afetará a licitude do tratamento realizado anteriormente com base no consentimento.

V. Transferências para destinatários

No seio do Grupo Monsanto: a nossa entidade-mãe, a Empresa Monsanto nos EUA e cada uma das suas afiliadas e subsidiárias (cada afiliada ou subsidiária, incluindo nós, referida como “Afiliada da Monsanto”, consultar [aqui](#)) podem eventualmente receber os seus dados pessoais quando tal for necessário para as finalidades de tratamento acima descritas.

Com determinados terceiros: as autoridades públicas, fornecedores, consultores externos independentes (tal como auditores ou consultores jurídicos) e outros terceiros podem também receber os seus dados pessoais para fins de cumprimento de pedidos e exigências legais.

Com determinadas entidades adquirentes ou adquiridas: se a Monsanto for vendida ou transferida no todo ou em parte, ou se a Monsanto adquirir ou integrar outra entidade no Grupo Monsanto, os seus dados pessoais serão transferidos para a outra entidade antes da operação (p. ex., durante a fase de diligências prévias) ou depois da operação, sujeito a eventuais direitos previstos na legislação aplicável, incluindo as jurisdições em que a outra entidade se encontra situada.

Com subcontratantes: determinados prestadores de serviços terceiros, tal como prestadores de serviços de apoio a TI (Tecnologias de informação), logística e marketing, afiliados ou não afiliados, irão receber os seus dados pessoais para tratarem esses dados de acordo com instruções apropriadas (“Subcontratantes”) e conforme necessário para as finalidades do tratamento, designadamente para prestar apoio a TI e outro apoio administrativo, cumprir a legislação aplicável, e outras atividades. Os Subcontratantes estarão sujeitos a obrigações contratuais de aplicação de medidas de segurança técnicas e organizativas adequadas para salvaguardar os dados pessoais, e de tratar os dados pessoais apenas de acordo com as instruções. Os nossos prestadores de serviços terceiros poderão agir como responsáveis pelo tratamento de dados independentes, (tal como os subcontratantes terceiros por eles designados) para a prossecução da finalidade acima descrita. Os seus dados pessoais podem também ser disponibilizados a terceiros que prestam serviços relevantes à Monsanto ou ao Grupo Monsanto ao abrigo de um contrato para estas finalidades, para efeitos fiscais ou outros, ou quando

exigido pela legislação aplicável. Os dados pessoais podem também ser divulgados como parte de uma proposta comercial de venda, ou acordo ou proposta de joint venture.

Deve contar com a possibilidade de os destinatários acima que recebem ou têm acesso aos seus dados pessoais poderem estar localizados dentro ou fora do Espaço Económico Europeu (“EEE”).

- No caso dos destinatários localizados fora do EEE, alguns estão certificados ao abrigo do Escudo de Proteção de Privacidade UE-EUA, e outros estão localizados em países considerados adequados nos termos do artigo 45.º do RGPD. Esses destinatários estão localizados nos EUA (se estiverem certificados ao abrigo do Escudo de Proteção de Privacidade UE-EUA) e em [aqui](#), pelo que, em ambos os casos, a transferência é reconhecida como assegurando um nível de proteção de dados adequado, na perspetiva da legislação europeia sobre proteção de dados.
- Outros destinatários estão localizados em países que não apresentam um nível de proteção adequado na perspetiva da legislação europeia sobre proteção de dados, nomeadamente nos EUA (se não estiverem certificados ao abrigo do Escudo de Proteção de Privacidade UE-EUA) ligação [aqui](#)). Tomaremos todas as medidas necessárias para assegurar que as transferências para fora do EEE são devidamente protegidas, conforme exigido pela legislação sobre proteção de dados aplicável. No que diz respeito às transferências para países que não fornecem um nível adequado de proteção de dados, baseamos a transferência em garantias adequadas, como as regras empresariais vinculativas (artigo 46.º, n.º 2, alínea b) e artigo 47.º do RGPD), as Cláusulas-tipo sobre a proteção de dados adotadas pela Comissão Europeia ou por uma autoridade de controlo (artigo 46.º, n.º 2, alínea c), ou d) do RGPD), códigos de conduta aprovados, juntamente com compromissos vinculativos e executórios do destinatário (artigo 46.º, n.º 2, alínea e) do RGPD), ou mecanismos de certificação aprovados, juntamente com compromissos vinculativos e executórios do destinatário (artigo 46.º, n.º 2, alínea f) do RGPD). Pode pedir uma cópia destas garantias adequadas, contactando-nos conforme indicado na **Secção VIII** infra.

VI. Tomada de decisões automatizadas

Não procedemos a decisões automatizadas, incluindo definição de perfis, conforme referido no artigo 22.º, n.º 1 e n.º 4 do RGPD e, se o fizermos, iremos fornecer-lhe, pelo menos nestes casos, informações relevantes sobre a lógica envolvida, bem como sobre a importância e as consequências previstas do referido tratamento para o titular dos dados.

VII. Os seus direitos

Direito de retirar o seu consentimento: Se declarou o seu consentimento relativamente a determinados tipos de atividades de tratamento, pode retirar esse consentimento em qualquer momento, com efeitos futuros. Tal retirada não afetará a licitude do tratamento antes da retirada do consentimento. Pode retirar o seu consentimento ao contactar-nos utilizando os dados indicados na **Secção VIII**.

Direitos de privacidade de dados adicionais: Nos termos da legislação sobre proteção de dados aplicável, tem o direito de: (i) solicitar o acesso aos seus dados pessoais; (ii) solicitar a retificação dos seus dados pessoais; (iii) solicitar o apagamento dos seus dados pessoais; (iv) solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais; (v) solicitar a portabilidade dos dados; e/ou (vi) se opor ao tratamento dos seus dados pessoais. Encontrará adiante mais informações sobre os seus direitos na medida em que o RGPD for aplicável. Importa notar que estes direitos podem ser limitados ao abrigo da legislação (local) sobre proteção de dados aplicável.

- **Direito de solicitar o acesso aos seus dados pessoais:** nos termos da legislação sobre proteção de dados aplicável, tem o direito de obter a nossa confirmação de que tratamos ou não os seus dados pessoais e, se for esse o caso, de solicitar o acesso aos dados pessoais. As informações de acesso incluem – entre outros – as finalidades do tratamento, as categorias de dados pessoais em causa, bem como os destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados. No entanto, este não é um direito absoluto e os interesses de terceiros podem restringir o seu direito de acesso.
Tem também o direito de obter, sem encargos, uma cópia dos dados pessoais sujeitos a tratamento. Se solicitar cópias adicionais, poderemos cobrar uma taxa razoável com base nos custos administrativos.
- **Direito de solicitar a retificação:** nos termos da legislação sobre proteção de dados aplicável, tem o direito de obter da nossa parte a retificação dos seus dados pessoais que não estiverem corretos. Dependendo das finalidades do tratamento, tem o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, nomeadamente por meio de uma declaração complementar.
- **Direito de solicitar o apagamento (“direito a ser esquecido”):** nos termos da legislação sobre proteção de dados aplicável, tem o direito de obter da nossa parte o apagamento dos seus dados pessoais e poderemos ser obrigados a apagar esses dados pessoais.
- **Direito de solicitar a limitação do tratamento:** nos termos da legislação sobre proteção de dados aplicável, tem o direito de obter da nossa parte a limitação do tratamento dos seus dados pessoais e poderemos ser obrigados a limitar o tratamento dos seus dados pessoais. Neste caso, os respetivos dados pessoais serão marcados e apenas poderemos tratá-los para determinadas finalidades.
- **Direito de solicitar a portabilidade dos dados:** Nos termos da legislação sobre proteção de dados aplicável, tem o direito de receber os dados pessoais que lhe dizem respeito e que nos forneceu, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e tem o direito de transmitir esses dados pessoais para outra entidade sem impedimento da nossa parte quando o tratamento for realizado por meios automatizados e se basear no consentimento nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea a) do RGPD ou artigo 9.º, n.º 2, alínea a) do RGPD, ou num contrato nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea b) do RGPD.
- **Direito de oposição:** Em determinadas circunstâncias, tem o direito de se opor em qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito efetuado por nós com base no artigo 6.º, n.º 1, alínea f) e, neste caso, somos obrigados a suspender o tratamento os seus dados pessoais. Se tiver o direito de oposição e exercer esse direito, os seus dados pessoais deixarão de ser tratados por nós para essas finalidades. Poderá exercer este direito ao contactar-nos através dos dados indicados na **Secção VIII**.

Para exercer os seus direitos, pedimos que nos contacte conforme indicado na **Secção VIII** infra.

Tem também o direito de apresentar uma reclamação junto da autoridade de controlo de dados competente do Estado-Membro relevante [aqui](#) (p. ex., do local onde reside ou trabalha) sobre uma alegada violação do RGPD.

VIII. Dados de contacto da Monsanto e do Encarregado da Proteção de Dados

A Monsanto II Lda, Amoreiras, Torre 2, 15º piso, 1070-102 Lisbon, Portugal

emea.datasubjectrights@monsanto.com O nosso Encarregado da Proteção de Dados da região EMEA (Europe, Middle East and Africa [Europa, Médio Oriente e África]) pode ser contactado através do endereço:

dan.manolescu@monsanto.com

Uma cópia deste documento destina-se para os seus registos.